

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA: a realidade do município de Moju no estado do Pará.

Milena Moia Pimentel¹Solange Maria Gayoso da Costa²Laira Vasconcelos dos Santos³

RESUMO

O presente artigo consiste numa investigação sobre os impactos decorrentes da concentração fundiária na Amazônia e em específico no município de Moju no estado do Pará. Utilizamos pesquisa bibliográfica e documental para comprovar a existência do fenômeno no referido município. Trata-se de uma problemática sistêmica e estrutural da formação socioterritorial do Brasil, a concentração de terras é associada ao processo de colonização e ao modo de produção capitalista determinantes da organização territorial da Amazônia e da região do Baixo Tocantins, o que culminou no índice elevado de concentração fundiária existente no município de Moju. No que se refere aos impactos deste processo, estes podem ser classificados em cinco tipos: sociais, ambientais, territoriais, socioambientais e socioterritoriais.

Palavras-chave: Amazônia. Concentração fundiária. Impactos socioambientais.

ABSTRACT

This article is an investigation of the impacts of land concentration in the Amazon and specifically in the municipality of Moju in the state of Pará. We used bibliographical and documental research to prove the existence of the phenomenon in the municipality. This is a systemic and structural problem of the socio-territorial formation of Brazil, the concentration of land is associated with the colonization process and the capitalist mode of production that determined the territorial organization of the Amazon and the Lower Tocantins region, which culminated in the high rate of land concentration in the municipality of Moju. With regard to the impacts of this process, these can be classified into five types: social, environmental, territorial, socio-environmental and socio-territorial.

Keywords: Amazon. Land concentration. Socioenvironmental impacts.

¹ Universidade Federal do Pará; Assistente Social; Mmoia.pimentel@gmail.com.

² Universidade Federal do Pará; Docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFPA); Solgayoso@ufpa.br.

³ Universidade Federal do Pará; Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFPA); Lairavasconcelos@gmail.com.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



1 INTRODUÇÃO

A Região do Baixo Tocantins no estado do Pará inserido na Amazônia tem recebido ao longo dos anos e de forma cada vez mais intensa investimentos diversos, com destaque para a plantação da monocultura do dendê e de projetos de infraestrutura e logística com fins de escoamento e beneficiamento de *commodities* minerais e agrícolas. O Baixo Tocantins faz parte da Região de Integração do Tocantins Paraense segundo regionalização definida pelo Governo do Estado do Pará, a partir do Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008.

A Região de Integração Tocantins está localizada na região nordeste do Pará e cortada pelos rios Tocantins e Pará e pela rodovia PA-150 é um dos espaços de colonização mais antiga no Estado do Pará, composta por onze municípios: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia, correspondendo a uma área de 35.838 km², o que representa 3% do território paraense (PARÁ, 2023).

Na composição do PIB, em relação aos Serviços contribui com 19%, a Agropecuária com 19%, a atividade da Administração Pública com 24%, a Indústria com 25% e, os Impostos sobre produtos com 13%. As maiores produções em 2021 são de Dendê (44%), Açaí (25%) e Mandioca (12%). Destaques na produção estadual: 1º nas produções de Açaí (66%), Coco-da-baía (59%) e Dendê (56%). Na indústria se destaca com a produção de alumínio, fundição de metais; fabricação de fios e cabos, óleos vegetais e adubo e fertilizantes. Nos serviços tem como principal atividade o comércio com os itens de combustíveis, de animais vivos, soja e produtos alimentícios, como principais segmentos (PARÁ, 2023).

Atualmente, o Baixo Tocantins conta com um intenso processo de concentração fundiária rural, com índices significativos no município de Moju. Essa realidade já foi comprovada em 2003 e se perpetua até os dias atuais, por meio do PROJETO GESPAN - Gestão Participativa de Recursos Naturais (2003), a análise fundiária do município de Moju evidenciou o desconhecimento da dominialidade de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



terras, pois não se conhece com exatidão as dimensões das áreas jurisdicionadas a União, ao Estado e o que já foi destinado a particulares. evidencia-se, de um lado, uma grande concentração de terras em poder de uma minoria (1,19% dos estabelecimentos possuem 50,87% das terras ocupadas) e de outro lado, reduzida parcela fundiária para uma grande maioria de pequenos agricultores, com propriedades até 100 hectares (82% dos estabelecimentos, detêm apenas 19,22% das áreas) (PROJETO GESPAN, 2003).

Dessa forma, sabendo que a concentração de terras é uma das principais problemáticas que desestruturam a agricultura familiar através da apropriação e expulsão dos trabalhadores rurais de suas terras, além de degradar a natureza a depender da sua finalidade – geralmente, monocultura – investigamos os impactos da concentração fundiária rural no Baixo Tocantins, tendo como recorte geográfico o município de Moju e seus povos e comunidades tradicionais.

No que se refere a metodologia, utilizamos de pesquisa bibliográfica e documental, cujos materiais selecionados foram analisados seguindo as abordagens quantitativa e qualitativa. Para tanto, delimitou-se como local de busca o Google Acadêmico, o site SciELO, o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e o Repositório Institucional da UFPA. Os descritores aplicados em cada um desses locais de busca foram: “Concentração fundiária”, “Moju” e “Baixo Tocantins”, com ocorrência obrigatória no título. No total, foram localizados 24 materiais que se dividem entre artigos, teses e dissertações.

O presente artigo divide-se em quatro seções, introdução, considerações finais, um item sobre a formação social do Baixo Tocantins: elemento determinante do processo de concentração fundiária e outro item sobre os Impactos decorrentes da concentração fundiária no Município de Moju em que apresentamos os resultados desta pesquisa com breve menção a monocultura do dendê e sua possível contribuição na emergência e agravamento destes impactos.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

2 FORMAÇÃO SOCIAL DO BAIXO TOCANTINS: ELEMENTO DETERMINANTE DO PROCESSO DE CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA REGIONAL

O Baixo Tocantins trata-se, administrativamente, de um território rural pertencente ao antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, além de ser uma região de integração do Estado do Pará (PIRAUX et al., 2019) e reconhecido, atualmente, como um Território da Cidadania, formado por áreas de várzea, de ilhas e de terra firme. Se comparado com as demais regiões típicas de fronteira agrícola, sua formação histórica difere-se em razão da coexistência de diferentes modelos de desenvolvimento agropecuário, configurando-se, portanto, num “[...] espaço sub-regional com grande potencial produtivo”, enquanto “[...] mantém constante os fluxos migratórios intra e inter regionais, com alto grau de integração à economia regional, nacional e internacional” (SOUZA, 2011, p. 1).

O processo de formação social do Baixo Tocantins sofrera interferências a partir do processo de colonização direcionado a Amazônia desde o século XVII o qual permitiu não só o “descobrimento” de novos lugares, como também o conhecimento e avaliação de suas extensões territoriais, de seus potenciais produtivos, de seus índices populacionais, das suas vantagens com o mercado nacional e das suas proximidades com o mercado internacional. Em razão disso, a região do Baixo Tocantins revelou-se sob grande valia para a Coroa Portuguesa, dada a sua condição de fronteira da região amazônica que, segundo Batista (2013, p. 14), “[...] apresentava características múltiplas que se estendiam à sua natureza, sua cultura, sua economia e, principalmente, a seu povo”.

Durante o século XVIII, período em que se intensificou o processo de colonização da Amazônia, observou-se um aumento na quantidade de pedidos e doações de sesmarias, diversificação das atividades econômicas que eram determinadas pela demanda do mercado internacional, políticas de incentivo a agricultura e ao extrativismo, além da política de povoamento tendo em vista contribuir na formação de pequenas e médias propriedades.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Ao se utilizar da estratégia de concessão de sesmarias, que somente eram feitas mediante a comprovação de patrimônio do favorecido/solicitante, a administração fomentou um intenso fluxo migratório, iniciado ainda na primeira metade do século XVIII, de grandes proprietários, intencionados em ampliar seus domínios, e de pequenos lavradores em busca de terras para lavrar, cujas instalações concentraram-se nas regiões próximas às cidades.

Segundo Batista (2013), o fator central que suscitou a marcha populacional para a região tocantina girava em torno da quantidade de atividades econômicas praticadas na época, que se resumia a agricultura, ao extrativismo e atividade/fabricação de madeiras, isto é, a derrubada da mata nativa e o beneficiamento para diversos usos a partir das quais houve uma crescente demanda por mão-de-obra, que fora consolidada inicialmente pela mão-de-obra indígena – os *negros da terra* – e, posteriormente, pela mão-de-obra africana – os *negros da África* (BATISTA, 2013).

Já no século XIX, a organização interna da região tocantina passara por mudanças e permanências (SOUZA, 2014), tendo como referência os efeitos do processo de colonização da Amazônia refletidos sobre a região tocantina. As mudanças podem ser caracterizadas a partir da alteração da paisagem de acordo com a demanda do mercado, a inserção de mão-de-obra indígena e africana e as formas de acesso e distribuição de terras, enquanto que as permanências se resumem no uso tradicional da terra praticado pela população local.

Destaca-se, nesse caso, a Lei de Terras de 1850 e a modernização da agricultura. Sob influência da primeira, as terras paraenses passaram a ser vendidas, cujos valores ficavam condicionados a sua produtividade, o que aumentou o número de conflitos pelas mesmas que eram motivados pela imprecisão de limites entre as propriedades. Na época, a terra simbolizava prestígio social e poder econômico (SOUZA, 2014).

Nesse sentido, “[...] a política de terras no Brasil tem assim um caráter excludente, gerando conflitos, visto que muitos indivíduos na condição de trabalhador

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



livre ou agregado utilizavam-se do apossamento de terras para sua sobrevivência” (p. 98). Nesse caso, a Lei de Terras de 1850 servira para “[...] legalizar o que era ilegal, através de uma infinidade de documentos e argumentos jurídicos produzidos pelo governo, sendo inválidos em inúmeras ocasiões” (SOUZA, 2014, p. 93).

No que se refere a modernização da agricultura, objetivava-se superar as práticas costumeiras de uso da terra, na busca pela diversificação dos cultivos agrícolas e pelo desenvolvimento ampliado do extrativismo, atividade que dificultava a permanência do homem da região num local fixo, devido a sua própria dinâmica de exploração. Seu desenvolvimento fora impulsionado pela introdução de imigrantes europeus que levariam “hábitos de trabalho inteligente” ao trabalhador local, indígenas que seriam civilizados através do trabalho.

Dentre as principais atividades agrícolas diversificadas, tem-se o cultivo de algodão, café, arroz, cacau, açúcar, milho, a produção de farinha e aguardente e a coleta das drogas-do-sertão, com destaque para os engenhos e lavouras de açúcar onde empregava-se majoritariamente mão-de-obra africana.

Nota-se que “[...] a população da região do baixo Tocantins vivia da abundância dos recursos naturais concentrados nas florestas – inclusive o extrativismo da borracha –, da lavra de pequenos roçados e do trabalho nas grandes propriedades” (SOUZA, 2014, p. 81). Entretanto, houve uma queda na produção de gêneros de primeira necessidade em detrimento da produção da borracha devido a sua alta rentabilidade, se comparada com a primeira.

Sobre o século XX, este deve ser pensado sob a ótica dos governos militares e suas ações sobre a Amazônia, como bem ressalta Silva (2016). Ao suporem que a Amazônia se tratava de “uma grande fronteira desabitada”, mas com grandes potenciais econômicos, os governos militares decidiram a favor do “desenvolvimento” que substituiria o verde pelas indústrias, agropecuária e agronegócio (SILVA, 2016).

Com isso, implantaram inúmeros projetos de integração da região Amazônica ao Sul do país, a exemplo da abertura de estradas, a construção da hidrelétrica de Tucuruí etc, os quais não consideram as especificidades e singularidades regionais

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



no que diz respeito ao manejo dos recursos naturais, aos modos de vida de povos e comunidades tradicionais e a relação destes com a terra, resultando em modificações expressivas na formação e organização da própria região amazônica, bem como da região tocantina.

De acordo com Silva (2016), a implantação dos grandes projetos de colonização, bem como a especulação fundiária, ambos comandados e incentivados pelos governos militares, compuseram uma dinâmica socioterritorial que culminou nos conflitos pela posse de terra desdobrados na região do Baixo Tocantins. No entanto, esclarece-se que:

[...] as aberturas das estradas e os conflitos que ocorreram em torno delas não foram só entre grileiros, índios, posseiros, meeiros, castanheiros, caboclos, seringueiros, contra grileiros ou latifundiários, existiram conflitos de interesse entre os governos do Estado e da união em relação à questão de vendas e posse de terras e na transição do que era do Estado e o que era da competência da união (SILVA, 2016, p. 36).

Por conseguinte, acredita-se que estes acontecimentos passados, mas ainda recentes se considerada a historiografia brasileira, conformaram a atual região do Baixo Tocantins, onde se observa a coexistência de diversas dinâmicas socioterritoriais construídas segundo mudanças e permanências, conforme apontado por Souza (2014).

Ao passo que houve a substituição do extrativismo vegetal e animal pela agricultura moderna, bem como pelo processo de industrialização, consolidou-se a divisão territorial do trabalho, a partir da qual pôde-se observar a coexistência de diversas formas de organização do trabalho que, no caso do Baixo Tocantins, podem ser resumidas em três dinâmicas produtivas que, por conseguinte, dão origem a três subterritórios, quais sejam: 1) agroextrativista; 2) agroindustrial; e 3) minero-metalúrgico (SOUZA, 2011).

O primeiro subterritório trata-se do território agroextrativista: áreas de várzeas e onde combina-se práticas de monocultura de açaí e sistemas agroflorestais, este conta com forte presença da agricultura familiar, o que justifica os baixos níveis no

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



que diz respeito ao processo de concentração fundiária e taxas de desmatamento. Abrange os municípios de Abaetetuba, Baião, Cametá, Igarapé-Miri; Limoeiro do Ajuru; Mocajuba e Oeiras do Pará. Já o segundo fora classificado como território dos projetos agroindustriais, o qual é caracterizado pelo avanço da monocultura do dendê (biodiesel) e do coco-da-baía. Ao mesmo tempo em que há incentivos para os sistemas de integração da agricultura familiar, observa-se concentração de terras, elevado nível de desmatamento e conflitos socioambientais. Sua abrangência contempla os municípios de Acará, Moju, Tailândia, áreas de Concórdia do Pará e Tomé-Açu. Por fim, o terceiro refere-se ao território minero-metalúrgico que se concentra no município de Barcarena, onde há uma economia de enclave (SOUZA, 2011).

Independentemente da sua subdivisão territorial, o ponto central no que diz respeito a formação e organização socioterritorial da região do Baixo Tocantins se traduz no processo de colonização da Amazônia, que proporcionou diversas mudanças, mas principalmente conflitos socioterritoriais motivados em razão da disputa pela terra, organizada em dois lados: de um lado, sujeitos que compreendem a terra como sinônimo de vida e, portanto, mecanismo para a sua subsistência; e de outro, um pequeno grupo de latifundiários e empresas capitalistas de mineração e agronegócio que veem na terra somente uma oportunidade de expandir suas riquezas e, assim, reproduzir o modo de produção capitalista.

3 IMPACTOS DECORRENTES DA CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA NO MUNICÍPIO DE MOJU

O Município de Moju integra a região do Baixo Tocantins, na qual se observa diferentes atividades produtivas que resultam em relações sociais e modos de vida distintos uns dos outros. Em meio a tal diversidade, conta-se com um intenso processo de concentração fundiária rural, cujo maior índice se faz presente no município de Moju, como pode ser observado na tabela a seguir.

PROMOÇÃO



APOIO



Tabela 1 – Processo de concentração fundiária rural no Município de Moju a partir do Número de estabelecimentos agropecuários com áreas e Área total, por tipologia

| | AF - Não | AF - Sim |
|--|----------------|---------------|
| Total de estabelecimentos | 573 | 5197 |
| Área total em ha | 209026 | 152021 |
| Média de área por estabelecimento | 364,79 ha/est. | 29,25 ha/est. |

Fonte: PIMENTEL; COSTA; HAZEU, 2021.

A Tabela 1 demonstra que o número de estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar é superior ao número de estabelecimentos de agricultura não familiar, além de evidenciar que a quantidade dos primeiros se apresenta como incompatível com a área ocupada por estes, que seguem sendo comprimidos numa pequena propriedade fundiária rural. Enquanto isso, apesar de estarem sendo representados em menor número, os estabelecimentos de agricultura não familiar concentram em poucas mãos uma extensa área rural, onde o município de Moju registra 364,79 hectares por estabelecimento.

Durante as análises do material coletado através da pesquisa bibliográfica, percebeu-se que tal fenômeno impacta de diferentes formas não só a natureza, como também a vida da população local, especialmente dos povos e comunidades tradicionais, a exemplo do Território Quilombola de Jambuaçu. Quanto a isso, identificou-se uma série de impactos (Ver Quadro 1) decorrentes da concentração fundiária e, em certa medida, da expansão da dendeicultura, dinâmica econômico-produtiva que tem permeado o referido município nos últimos anos.

A classificação destes impactos em sociais, ambientais, territoriais, socioambientais e socioterritoriais partiu da autonomia das autoras, por encarar como necessária à construção e fundamentação deste artigo, bem como demonstrar a profundidade destes e também devido ao fato de que os impactos identificados durante às análises de cada bibliografia não tinham sido categorizados pelos seus autores. Tal classificação ocorreu mediante a identificação de um ou mais impactos: quando caracterizados pelo aumento da pobreza, êxodo rural, violência no campo, enfim, de natureza social, foram classificados como impactos sociais; porém, quando

determinado autor entrelaçava impactos sociais com os impactos de natureza ambiental, originavam-se os impactos socioambientais e assim por diante.

Quadro 1 – Impactos da concentração fundiária e dendeicultura.

| Tipos | Impactos |
|-----------------------------------|--|
| Impactos sociais | <ul style="list-style-type: none"> • Aumento da pobreza/miséria da população (rural e urbana); • Elevação/aprofundamento das desigualdades (renda e social); • Direito à terra negado; • Êxodo rural; • Migração populacional: campo – cidade; • Exclusão social; • Precarização e agravamento das condições de trabalho; • Violência no campo; • Aumento no preço dos alimentos; • Não cumprimento da função social da terra; • Separação entre os produtores e os meios de produção; • Desemprego de trabalhadores rurais; • Deslocamentos sociais; • Transformação dos trabalhadores rurais em inquilinos/dependência dos trabalhadores rurais às empresas; • Oferta de trabalho limitada. |
| Impactos ambientais | <ul style="list-style-type: none"> • Degradação do meio ambiente; • Desmatamento, emissão de gases de efeito estufa, contaminação da água e do solo e a perda da biodiversidade; • Elevação da temperatura na área, redução do nível da água dos rios e igarapés da região, redução da regularidade de chuvas, expropriação das populações tradicionais; em suma, graves problemas socioeconômicos e ambientais. |
| Impactos territoriais | <ul style="list-style-type: none"> • Estrangeirização e concentração de terras; • Especulação fundiária. |
| Impactos socioambientais | <ul style="list-style-type: none"> • Inviabilização da reprodução da vida (todas as formas de vida); • Terceirização do trabalhador rural, expropriação e depredação dos ecossistemas locais; territorialização de empreendimentos capitalistas e desterritorialização de pequenos estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar. |
| Impactos socioterritoriais | <ul style="list-style-type: none"> • Disputa por espaço (especulação imobiliária, periferização da população, segregação socioespacial, processos de favelização e ocupação ilegal dos terrenos no meio urbano); • Perseguição aos quilombos; • Industrialização do campo; • Expropriação de terras. |

Fonte: Elaboração das autoras.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Como pode ser visto no quadro anterior, os impactos oriundos do processo de concentração de terras são diversificados e podem ser classificados como sociais, ambientais, territoriais, socioambientais e socioterritoriais. Em função disso, este fenômeno deve ser pensado e compreendido como uma problemática cujos efeitos são multidimensionais, assim como a desigualdade social e a pobreza. Esta proposição se dá em razão de que, quando encarados – geralmente pelo senso comum – os impactos da concentração de terras restringem-se à sua composição territorial, desconsiderando suas consequências sociais e ambientais. Quando não, é normalizada por alguns sujeitos que creem veemente nos benefícios do agronegócio, modelo produtivo que tende a expulsar trabalhadores de suas terras e, então, concentrá-las visando reproduzir o modo de produção capitalista.

Ressalta-se que tais impactos também são vinculados a crescente expansão da dendeicultura na microrregião de Tomé-Açu e na mesorregião do Nordeste Paraense, onde o cultivo do dendê para biodiesel apresenta-se como um evento, “[...] pois reorganiza a paisagem, a configuração territorial, a dinâmica social, enfim o espaço geográfico ou território usado” (NAHUM; BASTOS, 2014 apud NAHUM; SANTOS, 2016, p. 282).

Na microrregião de Tomé-Açu, a dendeicultura fora instalada inicialmente nos municípios de Moju, Acará e Tailândia, sob hegemonia do Grupo Agropalma, sendo este atuante e um dos representantes do segmento agroindustrial desde 1982, quando constituiu a primeira empresa denominada Companhia Real Agroindustrial S.A (CRAI). Tal empresa fora criada para desenvolver um projeto de cultivo de palma e extração tanto do seu óleo, como também do óleo de palmiste.

Para além da Agropalma, a cultura do dendê também é promovida por empresas como Biovale, Petrobrás Combustível, a Portuguesa GALP Energia, a multinacional Archer Daniels Midland Company-ADM, dentre inúmeras outras que se instalam na região (NAHUM; MALCHER, 2012). Soma-se a isso as parcerias entre empreendedores do dendê e pequenos agricultores, devido a capacidade da

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



dendeicultura “[...] de formar redes de solidariedade orgânica e organizacional entre agronegócio de energia e trabalhadoras rurais” (NAHUM; MALCHER, 2012, p. 5).

Sob discurso pseudodesenvolvimentista sustentado na “[...] responsabilidade socioambiental, geração de emprego, renda e inclusão social, transformando o tradicional camponês em agricultor familiar associado à dendeicultura” (NAHUM; SANTOS, 2016, p. 290), os representantes da produção do dendê associam-se com os produtores locais, tendo em vista minimização dos gastos e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, dentre eles a mão-de-obra presente nas unidades de agricultura familiar, reciclando algumas para trabalhos desvinculados do seu núcleo familiar. No entanto,

[...] quando o camponês se associa a cadeia produtiva do dendê e participa da produção como mão-de-obra familiar, mesmo não sendo destituído do principal meio de produção, a terra, passa a produzir sob os desígnios do agronegócio, ameaçando a produção de subsistência e a sua autonomia enquanto camponês (BERNARDES, 2011 apud NAHUM; MALCHER, 2012, p. 13).

Paralelamente, tem-se o aquecimento do mercado de terras que, por sua vez, possui relação estreita com a produção de dendê. Num primeiro momento, os agentes fundiários representantes de seus interesses e/ou de empresas apresentam-se como pessoas boas e confiáveis, que possuem muito dinheiro e, por isso, podem pagar um preço bom pela terra dos pequenos produtores, fato que imediatamente atrai os camponeses, justamente aqueles “[...] que tem seu modo de vida quase esquecido pelas políticas de Estado para o meio rural” (NAHUM; MALCHER, 2012, p. 9).

Posteriormente, depois de firmados os acordos de compra e venda, preço e forma de pagamento, inicia-se os trâmites legais para demarcação da propriedade, seu registro e pouquíssimo depois a venda é efetivada. Porém, a indenização recebida pela venda de terras é insuficiente para a manutenção e reprodução social dos sujeitos vulnerabilizados, além de resultar na perda de seus territórios e, em alguns casos, na ocupação de cargos nas mesmas empresas que os enganaram.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



As políticas de Estado também são responsáveis por esta determinada configuração espacial. Iniciativas como o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) e o Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo, lançados respectivamente nos anos de 2004 e 2010 e criados com o objetivo de viabilizar o incremento da produção de óleo de palma, contribuíram na promoção da dendeicultura nos municípios com grande extensão territorial e condições propícias ao cultivo, além de “[...] população predominantemente rural, com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e elevado número de famílias beneficiadas pelo programa bolsa família, tais como os da microrregião de Tomé-Açu” (NAHUM; MALCHER, 2012, p. 3).

Dessa forma, a expansão da dendeicultura assume responsabilidade e admiração econômica, uma vez que contribui com o desenvolvimento econômico do país, ao mesmo tempo em que descarta as dimensões social e ambiental, principais impactadas por esta. Reforça-se, nesse caso, a divisão da questão agrária em terras de trabalho e terras de negócio, conforme tratado no primeiro tópico deste artigo. Além disso, a monocultura de dendê fora apontada como um dos principais vetores, senão o principal, da concentração fundiária rural presente no Município de Moju e, por isso, tem grandes chances de ser a principal impulsionadora dos impactos listados acima.

4 CONCLUSÃO

Ao final deste artigo, pode-se afirmar que a concentração fundiária rural, praticada inicialmente como mecanismo de controle territorial e manutenção de privilégios, trata-se de uma herança da sociedade colonial e do desenvolvimento capitalista no campo, configurando-se numa problemática sistêmica e estrutural, uma vez que se faz presente desde os primórdios da formação socioterritorial do Brasil e continua sendo uma das vigas de sustentação do capitalismo à brasileira. Fenômeno que colide historicamente com a função social da terra, descumprindo-a, além de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



desrespeitar as garantias constitucionais no que tange aos direitos dos povos e comunidades tradicionais.

Quanto aos impactos decorrentes deste processo no Município de Moju, foram classificados em sociais, ambientais, territoriais, socioambientais e socioterritoriais. Diante disso, devem ser encarados considerando sua alta capacidade de propagação, uma vez que não se restringem somente ao meio rural nem a sua população, mas contempla também o cenário urbano. Ademais, é importante sinalizar que tais impactos foram referenciados majoritariamente ao modelo de produção denominado de agronegócio e a expansão da dendeicultura, o que nos proporciona mais um motivo para questionarmos e exigirmos outro modo de produção juntamente de um novo modelo societário.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Regina Celia Correa. **Dinâmica populacional e a atividade madeireira em uma vila da Amazônia: a vila de Moju (1730-1778)**. 2013. 167 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

PROJETO GESPAN - Gestão Participativa de Recursos Naturais. **Informações básicas sobre o Município de Moju, Pará: uma contribuição para o seu planejamento**. Moju: Prefeitura Municipal, 2003.

PARÁ, Plano Plurianual (PPA) 2024-2027. Perfil socioeconômico e ambiental da Região de Integração Tocantina. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1LGQ1IWc4gLRPstA6Fbs2A4gzdss_BhHx/view?pli=1 2023.

NAHUM, João Santos; MALCHER, Antônio Tiago Corrêa. Dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia: a dendeicultura na microrregião de Tomé-Açu (PA). **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 16, 2012.

NAHUM, João Santos; SANTOS, Cleison Bastos dos. A dendeicultura na Amazônia paraense. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 20, n. 2, p. 281-294, 2016.

PIMENTEL, Milena Moia; COSTA, Solange Maria Gayoso da; HAZEU, Marcel Theodor. Concentração fundiária na região do Baixo Tocantins-PA: Caracterização

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



agrária dos estabelecimentos agropecuários dos municípios de Abaetetuba, Acará, Barcarena e Moju. In: **Anais do II Seminário Habitação na Amazônia / Seminário Nacional Serviço Social e Habitação: requisições e respostas profissionais em tempos de desmonte de direitos e de resistências dos movimentos sociais.** Belém (PA) Forma Remota, 2021.

PIRAUX, Marc et al. A relação entre diversidade espacial e diversidade da agricultura familiar no Território Baixo Tocantins. **Reinvenções territoriais: diversidade e aprendizagem sociais.** Belém: NUMA/UFPA, p. 43-76, 2019.

SILVA, Adriane dos Prazeres. **O Vale do Tocantins e a Lei Anilzinho: a Lei dos Posseiros (1961-1981).** 2016. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

SOUZA, Armando Lírio de. **Desenvolvimento territorial rural e a dinâmica da agricultura familiar no Baixo Tocantins (PA).** Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Porto Alegre, 2011.

SOUZA, Bruno Mariano Santos Da Ponte. **Terras, rios e igarapés: estrutura agrária e conflitos no Baixo Tocantins (1860-1880).** 2014. 149 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

PROMOÇÃO



APOIO

